

O JORNAL A IMPRENSA CATHOLICA E SEUS ESCRITOS DE COMBATE A MAÇONARIA E O ESPIRITISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA PARAIBANA (1890 – 1930).

JOSE PEREIRA DE SOUSA JUNIOR.<sup>1</sup>

No ano de 1897 é criado na capital da Província da Paraíba do Norte, o Jornal A Imprensa Cathólica, era de circulação semanal e dirigido pela Igreja. Em 1903 o jornal para de ser produzido por questões financeiras e volta a circular entre os anos de 1912 a 1943. Com um conteúdo voltado para as questões sociais, políticas e religiosas, tendo nas cartas pastorais os discursos que ditava os rumos da Igreja e de seus cidadãos, assim como grandes críticas ao comportamento social da população paraibana, assim como pesados ataques à maçonaria e ao próprio sistema republicano.

A criação do Jornal A Imprensa Catholica na Província da Paraíba, possivelmente foi um ato de promover a Igreja através de seus escritos, assim como disseminar entre seus leitores as bases de uma conduta moral, social e religiosa. Foi ainda, uma das estratégias de ação para a romanização, além de ser porta-voz dos interesses confessionais católicos. Era um jornal a serviço da Igreja e em defesa da “verdade” pautada na religião católica.

Vale salientar, que em muitos momentos de entusiasmo e orientados pelo clero, cometeu preconceitos hostis, intolerâncias religiosas e políticas, fazendo duras críticas ao espiritismo, ao protestantismo e travou debates acalourados contra a maçonaria. Dizia D. Aduino, “Á imprensa católica, sobretudo, está confiada a missão de salvar a sociedade, de vivificá-la. A ela cabe defender Jesus Cristo e a sua Igreja” (LIMA, 2007, 175).

Vejamos o que diz o editorial de A Imprensa, datado de 23 de janeiro de 1898:

*Entre as mais elevadas manifestações do espírito humano, capazes de guiar todas as gerações ao alto escopo onde luz sublime resplandece o bem, a imprensa instruindo as classes dirigentes e formando-lhes o coração, como propaganda da ordem nas múltiplas relações da sociedade e particularmente em todo meio nacional, tem sempre um caráter de superioridade, é a portadora da opinião que nasce da crença profunda ou da convicção sincera. (AEPB – Fundo Chancelaria – Série – Jornais – A Imprensa, 1898).*

---

<sup>1</sup> Professor UFRN - CERES; Doutorando em História pela UFPE.

Na verdade, o uso do jornal, deve ser analisado como sendo um ato de reação da Igreja na luta ideológica contras as correntes de pensamento da época como o liberalismo, o positivismo, o anarquismo, o protestantismo, o espiritismo e a maçonaria. Mas, não podemos deixar de destacar que a criação de um jornal, também marca a adesão da Igreja a modernidade do período, sem deixar de lado seus princípios e valores conservadores e do tradicionalismo católico.

O papel do Jornal A Imprensa era fortalecer e divulgar as ideias e ensinamentos religiosos e as normais de condutas morais, culturais e políticas na primeira Republica, tornando este jornal uma das principais vias e campos de atuação da Igreja Católica. Tomando como referencia Pierre Bourdieu<sup>2</sup>, em que o mesmo demonstrando que a “estrutura dos sistemas de representações e práticas religiosas” tende a assumir a função de instrumento de imposição e legitimação da dominação, contribuindo para assegurar a dominação de uma classe sobre outra. Nesse sentido, podemos dizer que a igreja tornou seu jornal um campo de poder atuante junto à sociedade e que passou a ser utilizado também, para combater seus inimigos em matéria religiosa, política e social, como a maçonaria, o protestantismo e o espiritismo.

A criação de uma imprensa católica estava baseada na divulgação de documentos e diretrizes pontifícias, além de informar o clero local acerca do movimento da arquidiocese. Essas publicações tinham ainda, como objetivo organizar e difundir a doutrina cristã no acirrado combate ideológico da época contra os maçons, protestantes, ateus, hereges e outros porta-vozes de grupos políticos e religiosos que discordavam das posições da Igreja Católica. Conforme nos informar CUNHA MIRANDA (1988);

*Com a finalidade de organizar as letras católicas, foi criado em 1910, na cidade de Petrópolis, o Centro da Boa Imprensa, que concorreu de modo especial para o desenvolvimento da imprensa católica no Brasil. Para alcançar esse objetivo, o centro passou a auxiliar os jornais a ele coligados, fazendo-lhes periodicamente remessas de artigos oportunos – e de conteúdo variado – (grifo nosso); servia de ponte de informações e consulta a respeito de questões de épocas; incumbem-se de defender a igreja das ofensas lançadas contra ela; promove a edição e propaganda de livros; contribui para a manutenção de bibliotecas e círculos de leitura,*

---

<sup>2</sup> BOURDIEU, Pierre. Gênese e Estrutura do Campo Religioso. In: Bourdieu, Pierre. Sérgio Micelli (org.), 5 ed. Ed. Perspectiva, São Paulo, 2004.

*remetendo-lhes exemplares das edições de seus trabalhos e de outros editores.  
(CUNHA MIRANDA, 1988, p. 47).*

Entre 1870 e 1930, circulavam vários jornais católicos como *A Boa Nova* (Belém do Pará), *A Tribuna Católica* (Fortaleza – CE), *A União* (Recife – PE), *A Crônica Religiosa* (Salvador – BA), *O Bom Ladrão* (Mariana – MG), *A Ordem, O Tambor e o Mensageiro do Coração de Jesus* (São Paulo), *A Imprensa e a Voz da Mocidade* (Paraíba), *O Oito de setembro e A Ordem* (RN) e tantos outros. Temos ainda, os franciscanos que fundaram a Revista Vozes e os Redentoristas que fundaram o jornal e o almanaque as Aparecida, isto fez com que tivéssemos uma expansão e ampliação da propaganda confessional da doutrina católica em várias partes do Brasil.

Analisando a quantidade de jornais de cunho religioso que surgiram no Brasil entre fins do século XIX e as primeiras décadas do XX, percebemos que existe um claro interesse da Igreja em utilizar os jornais como forma de informar e defender os princípios que concernentes para o bem da sociedade, em particular da família, desde que a mesma estivesse em acordo com os ensinamentos da Igreja. Daí a importância, aos olhos da Igreja, da imprensa e na sua divulgação de seus ensinamentos religiosos.

No editorial do dia 22 de abril de 1900, tem-se uma passagem que reforça a importância da “boa imprensa”. Vejamos;

*A boa imprensa é tudo, a má imprensa é o maior inimigo, o veneno mais pernicioso e sua ação, longe de ser um fator de progresso, será antes um principio de morte e destruição para as classes sociais. Em nosso caro Brasil, pululam os jornais, mas não é grande, como era para desejar, o numero de periódicos que compreendem a sua missão e o seu dever que lhes cabe de pugnar pelo bem comum da sociedade.  
(AEPB – Jornal a Imprensa, 22.04.1900).*

Podemos afirmar, porém, que estas ações eram uma demonstração de força e poder da Igreja ante o governo republicano, mas, também, com vistas a não perder espaço junto aos fiéis católicos. A imprensa católica foi um dos principais meios de reivindicação da Igreja pelos seus direitos tolhidos pelo Estado, como por exemplo, o ensino nas escolas públicas, e contribuiu para reorganizar e coordenar as forças católicas, com base nas proposituras

traçadas pelo episcopado desde a pastoral de 1890 e reforçadas pelas Cartas Pastorais e visitas eclesiais por várias cidades paraibanas.

Dom Adauto de Miranda Henriques, foi o primeiro bispo da diocese da Paraíba, criada pelo papa Leão XIII em 1892, por nomeação episcopal em Roma, a 2 de janeiro de 1894 e ordenado a 7 do mesmo mês, como também foi o seu primeiro arcebispo (14 de julho de 1914). Dirigiu a arquidiocese com pulso firme e polêmicas, notabilizando-se pelas pastorais em que condenava o liberalismo, o ateísmo, o socialismo, a maçonaria, o comunismo, o protestantismo, o espiritismo, o casamento civil, a emancipação da mulher e o relaxamento de costumes trazido pelo urbanismo e a industrialização.

Faremos uso de uma passagem contida no Jornal A Imprensa datado de 1915, em artigo intitulado “Maçon e Catholicos?”, para percebermos que está relação ao longo da republica, assim como no império, continuou atribulada, a saber;

*Impossível, ou uma coisa ou outra ninguém pôde servir a dois senhores. Ou se serve a Deus como catholico ou ao demonio como maçon.*

*A maçonaria é uma seita condenada pela igreja. Contra os maçons são comminadas severas penas: o maçon é escommungado e como tal é privado de tomar parte em certas funcções solemnes da igreja por este ser padrinho; é privado dos sufragios solemnes da igreja, como a sepultura ecclasiastica, exequias, etc,etc.*

*Porque, apesar de seus bonitos rotolos de beneficencia e philantropia, a maçonaria condenada por muitos códigos nacionaes é uma seita que occulta os mais tetricos e horríveis planos ante-sociaes e inhumanos. O maçon, quando não vinga coom o punhal ou a dynamite a frustração de seus caprichos satanicos, procura manhosamente, como vil serpente senhores levar ao lar, á família, á sociedade e aos indivíduos da corrupção moral, proporcionado ás doses. (Fonte: IHGP - Jornal A Imprensa Bi-semanario catholico - Parahyba- Terça-feira, 17 de Novembro de 1914 - ANNO XII – A grafia foi mantida a mesma da época).*

A passagem acima demonstra toda divergência de ideias e pensamentos com relação à maçonaria, vista pelo clero como seita diabólica e um atraso a sociedade católica da época, os membros da Igreja diziam não ser possível servir simultaneamente a dois senhores. Assim, podemos perceber, que no Brasil, tanto na fase do Império como nas primeiras décadas da Republica, Igreja e Maçonaria eram entidades inconciliáveis. Isto, porém, não encerra o

debate e não implica dizer que não haja possibilidade de conciliação entre um sacerdote católico e um maçom católico.

Tal esforço corporativo e doutrinário se manifestou de varias maneiras, desde a firme disposição em implantar o estilo de mando episcopal europeizado, passando pela adoção das pastorais como instrumento de difusão religiosa das ordens eclesiásticas, pelas visitas pastorais regulares e a criação de novas dioceses e um Jornal (A Imprensa) para a divulgação da propaganda religiosa e o combate aos maus costumes, leia-se - valores morais - segundo o clero, trazido pela Republica.

Dentro do contexto da primeira republica, podemos dizer que os atritos entre a Igreja e a Maçonaria ganham tons mais ásperos, e temos no Jornal A Imprensa Catholica um veículo de combate aos maçons e a maçonaria. É dentro deste sentimento de não respeito a diferença que a perseguição à Maçonaria funda-se. Neste sentido, a Igreja Católica lançou mão de vários recursos para construir uma representação em relação ao outro, que justificasse aos seus setores institucionais e seguidores, uma “desculpa” para uma crítica sistemática aos maçons e a Maçonaria.

No Jornal a Imprensa datado de 06 de fevereiro de 1898, temos a seguinte passagem; *A maçonaria de mãos dadas com o positivismo acastela seus subversivos e levanta no frontispícios de hodiernos regimes seu pavilhão revolucionário e intenta abafar os punjantes tentamens dos que não comungam as suas ideias.* Isto implicava dizer que para a Igreja Católica, tanto o positivismo como a maçonaria representavam subversão da ordem e deveriam ser combatidos.

O discurso maçônico, por sua vez, se estrutura a partir da crença na universalidade da natureza humana e no racionalismo, pressupostos importantes para o Iluminismo. Sendo uma instituição voltada para o aperfeiçoamento moral de seus membros e pregando a liberdade de pensamento e a independência da razão, “a maçonaria assumia o compromisso das Luzes de combater as ‘Trevas’, representadas pela ignorância, pela superstição e pela religião revelada”. (BARATA, 1999, p. 92).

Nos momentos em que a maçonaria se posicionava como abertamente anticlericalista, é que se estabelecia o vínculo entre o ideário liberal e cientificista e a maçonaria. Esta se transformou na principal opositora ao pensamento católico-conservador. A partir da influenciado pensamento liberal e cientificista, vários intelectuais, e não apenas os maçons, se posicionavam como anticlericalistas no século XIX e também no período republicano. O que

singularizava os maçons era o seu poder de organização e o seu prestígio internacional, além de serem os mais atacados pela Igreja Católica nesse período.

Aqui, reside a ideia do conflito entre católicos e maçons, como também o segredo interno existente nas ordens maçônicas e por aqueles que dela fazem parte. Não queremos tomar a causa nem da Maçonaria, nem da Igreja, pois ambas são sustentadas por princípios sejam religiosos ou morais, e ambas desenvolveram práticas solidárias a sociedade, cada uma a seu modo de ação e organização. Podemos citar, por exemplo, que as ordens maçônicas tem seu caráter beneficente, o patriotismo de seus membros, a solidariedade existente entre eles, a tolerância religiosa, a igualdade e a fraternidade maçônicas.

A suposta existência do segredo na maçonaria levava os não iniciados e, principalmente os católicos, a imaginação das coisas mais terríveis possíveis ligados a maçonaria, como bem demonstrava uma divulgação *dos direitos da maçonaria* e que foi publicada pelo Jornal A Imprensa Catholica de 1899.

*Fingir e mentir, contanto que ninguém saiba. Se alguém te prejudica, esteja pronto o sicário para matá-lo, seja com a língua ou com o ferro, seja contanto que ninguém saiba. Se vês que alguém avanteja-se e prospera contra a tua vontade, faze que ele gema na abjeção e na miséria, contanto que ninguém saiba. Nenhuma religião te ligue a mente. Se Deus existe, está longe, e se não existe, não se deve temê-lo, por isso seja permitido tudo o que agrada contanto que ninguém saiba. Jura e perjura, mas não revelas nunca o segredo. (A IMPRENSA, 27. 08. 1899).*

Em 1901 surgiu no Jornal a Imprensa Catholica uma serie de artigos intitulados “Cartas Sertanejas”, de autoria do Índio Cariri, pseudônimo do jornalista e historiador Irineu Joffily radicado em Campina Grande. Nesses artigos, afirmava ser o jornal do commercio um órgão da maçonaria. A reação foi imediata por parte do O Commercio. Escrevera seus redatores em 15. 08. 1901;

*Não somos tal órgão maçônico e apenas mantemos, por motivos de que não daremos explicação a ninguém, uma secção na qual a Maçonaria Paraibana, que tanto assombra ao índio cariri, pode aventar e discutir as suas ideias, sem a menor solidariedade de nossa parte. (O COMMERCIO, 15. 08. 1901).*

Por sua vez, o jornal a Imprensa não perdia a chance de atacar seu concorrente, pois acreditava que o mesmo estava a serviço da maçonaria. E afirmava em matéria de 26.10.1902;

*Criado sob as inspirações da maçonaria desta capital e para no momento dado atacar a Religião Católica, O COMMERCIO, longe de marchar pela diretriz de um jornal dedicado ao bem da classe comercial, se fez todo em ação em favor da seita, e pouco tempo depois, incendiário, servia á causa da revolução, do desprestígio, da luta entre irmãos, fomentando ódio e paixões, na pacífica terra paraibana. (A IMPRENSA, 26.10.1902).*

Outro dado interessante diz respeito a Encíclica do Papa Leão XIII, de 20 de abril de 1884, intitulada *Humanum Genus*, sobre a maçonaria, que traz no seu escrito a oposição entre o reino de Deus e o reino de Satanás, foi reproduzida na íntegra pelo jornal A Imprensa quinze anos depois de sua publicação, e que foi traduzida para as disputas entre a Igreja versus Maçonaria, talvez dada a atualidade das discussões que estava ocorrendo em terras paraibanas. A ideia era divulgar para a população os maléficos da maçonaria, construir uma imagem negativa e associada ao demônio.

Apesar da maçonaria se constituir como uma sociedade secreta, Leão XIII afirmava que era publicamente e a luz do dia uma organização que tinha como propósito destruir, provocar a ruína da Santa Igreja. A Igreja colocava-se como vítima, associando muitas vezes a maçonaria como sendo maligna e demoníaca. A divulgação destas imagens e utilizadas pelo clero intelectualizado e publicadas através de textos no Jornal A Imprensa ajudavam a criar um clima de medo da maçonaria e de seus irmãos, ao mesmo tempo, o Bispo conclamava os fiéis a unirem forças para combater o inimigo. A Maçonaria. Em editorial intitulado **Alerta!**, A Imprensa chamava a atenção dos leitores a intensificarem o combate frente aos;

*ardis maçônicos, que visavam desviar os católicos do bom caminho, porquanto em todos os recantos do mundo ouve-se a grita descompassada do livre pensamento, encarnado na maçonaria, envidando esforços supremos para romper a túnica inconsútil da Igreja de Jesus Cristo, querem diminuir a influencia do clero no seio da sociedade. (A IMPRENSA, 18.06.1899).*

Entendemos que a maçonaria, em matéria política, deixa a seus membros inteira liberdade de pensar e agir, mas para a Igreja, isso não era senão uma ilusão, pois tal ordem

teria a pretensão de impor sua orientação a compromissos políticos assumidos perante determinado partido ou Nação. Em matéria de religião, a ordem maçônica requer apenas qualquer crença e nega ingresso aos incrédulos e ateus.

Se com a maçonaria a Igreja foi dura, com o Espiritismo foi ainda pior. Os primeiros movimentos do espiritismo no Brasil começaram no Ceará, com o Sr. Catão da Cunha, quase no mesmo tempo que na França. Porém, a propaganda da doutrina espírita só ganhou impulso a partir de 1865, na Bahia, com o Grupo Familiar do Espiritismo, que foi o primeiro centro espírita kardequiano do Brasil, de conhecimento público. Esse centro foi dirigido pelo Luís Olímpio Telles de Menezes, que era membro do Instituto Histórico da Bahia. Quatro anos depois, ele criou o primeiro jornal espírita do Brasil, intitulado *O Echo d'Além Túmulo*, que o próprio dirigiu. Esse periódico era impresso na tipografia do *Diário da Bahia* e chegou a ter circulação no exterior. Porém, o tempo de vida do periódico foi curto. A Igreja Católica tratou de impedir a expansão do espiritismo na Bahia que, gradativamente, foi se enfraquecendo<sup>3</sup>.

Por volta dos anos de 1870, as ideias emanadas da doutrina espírita começaram a fervilhar na Corte. Um dos principais fatores para a aceitação do espiritismo no Rio de Janeiro, no meio intelectualizado, foi a sua característica de caráter modernizador. A doutrina codificada por Allan Kardec trazia consigo características já inerentes ao universo religioso e cultural do Brasil: a crença em espíritos e no sobrenatural. Porém, com uma leitura científica, filosófica, moralizadora e, sobretudo, “civilizada” pela sua origem europeia. Esses pressupostos iam de encontro com os anseios de uma sociedade que almejava a modernidade no final do século XIX.

Assim como nas províncias da Bahia, Ceará e Rio de Janeiro, na Paraíba as primeiras notícias do movimento espírita remontam a década de 80 do século XIX tanto na capital a Parahyba do Norte (atual João Pessoa) como na cidade de Areia, localizada no Brejo paraibano. Isto se deve no nosso entendimento, a maior divulgação do espiritismo, impulsionado, também, pela publicação dos livros da codificação kardequiana para o português, o que facilitou o acesso de um numero cada vez maior de pessoas as leituras espíritas.

Porém, com a ascensão de D. Adauto a Diocese da Paraíba em 1892, iniciou-se uma ação constante do clero contra o movimento espírita paraibano, criando dificuldades a sua

---

<sup>3</sup> Sobre esse momento inicial da História do Espiritismo no Brasil, ler **Os intelectuais e o espiritismo** de Ubiratan Machado; **Da elite ao povo**, de Sylvania Damazio; e **As Religiões do Rio**, de João do Rio.



expansão, divulgação e prática. De acordo com Luiz Gonzaga e Souza Lima<sup>4</sup>, os núcleos espíritas eram bastante numerosos na Paraíba, contando com muitos bacharéis, professores, jornalistas e funcionários públicos, inclusive com a presença de familiares de D. Aauto. Ainda segundo Lima, D. Aauto em visita a cidade de Areia no ano de 1887 na condição de professor seminarista (em Olinda- PE), aproveitou-se de sua estada para realizar discursos contra a prática espírita, asseverando ser o espiritismo uma nefasta superstição, marcada pelo fanatismo e pela ignorância religiosa.

Quando D. Aauto torna-se Bispo da Paraíba, a rejeição e perseguição ao espiritismo e seus adeptos fica mais ostensiva. Neste embate contra o movimento espírita, a Igreja vai utilizar o jornal semanal A Imprensa Catholica, criado em 1897 pela Diocese paraibana. Além de ser utilizado para a divulgação das crenças católicas, reafirmar o poder e a importância da igreja na vida dos cidadãos paraibanos, este jornal também foi utilizado ao longo de sua existência jornalística para combater de forma contundente o espiritismo.

Em 26 de novembro de 1900, o jornal vai transcrever uma nota que fora divulgado no jornal Mensageiro do Coração de Jesus, em Itú – SP, informando que o Papa Leão XIII reformara o índice dos livros proibidos e lançara outros decretos, entre eles, um que condenava quem publicasse, lesse ou conversasse sobre o espiritismo, correndo o risco de ser lançado ao fogo do inferno. Isso demonstra o clima de medo que a igreja despertava na sua população, ameaçando lançar no fogo do inferno aqueles que teimassem em divulgar e praticar o espiritismo.

O editorial da Imprensa Catholica datado de 24 de agosto de 1902, firmava a posição da igreja no que diz respeito a prática espírita, na qual condenava não só o espiritismo, como também seus adeptos, pois a igreja entendia que o espiritismo representava um perigo a saúde mental humana, e que poderia levar o indivíduo a praticar distúrbios sociais, provocados pela mediunidade ou espíritos trevosos, daí a recomendação da igreja para que seus adeptos se afastassem da “seita” espírita, sob a alegação de irem para o inferno.

Após a mudança de regime de governo no Brasil, além de continuarem buscando seu espaço social com a Igreja, o movimento espírita teve que buscar o reconhecimento enquanto matriz religiosa com o Estado Brasileiro. Isso porque após a promulgação do Código Penal de 1890, o espiritismo foi criminalizado como sendo um crime contra a tranquilidade pública no

---

<sup>4</sup> LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: Hipótese para uma interpretação. Petrópolis; Editora Vozes. 1979.

capítulo dos crimes contra a saúde pública, em seus artigos 156, 157 e 158, sobretudo, no artigo 157.

De forma textual, o **artigo 157** dizia que praticar o *espiritismo*, a magia e seus sortilégios, usar talismã e cartomancia, para despertar sentimento de ódio ou amor, inculcar curas de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim para fascinar e subjugar a credulidade pública, a pena seria de prisão de um a seis meses e multa de 100 a 500\$000 reis; Já no **artigo 158**, era vedado ministrar ou prescrever como meio curativo, para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo ou exercendo assim, o ofício do denominado curandeiro. Neste caso a pena seria de seis meses de reclusão e multa de 100 a 500\$000 reis.

Por outro lado, os espíritas também foram usados como bodes expiatórios para diminuir a oposição do catolicismo ao novo regime, causada pelo desatrelamento entre a Igreja e o Estado. Em consequência do novo Código Penal, vários espíritas foram presos a partir de 1891. Em muitos processos, foram acusados de “*atentar contra a saúde pública*”.<sup>5</sup> A socióloga Célia da Graça Arribas defende que a reivindicação do caráter religioso do espiritismo durante a primeira República representou justamente a escolha de uma via de legitimação social. Esse caráter religioso não era algo definido desde o início do espiritismo – nem na França, nem no Brasil. Pois, apresentar o espiritismo como uma religião era visto como solução portadora de uma segurança legal que era sentida como premente para a existência do movimento espírita em chão brasileiro.<sup>6</sup>

E justamente neste momento que Carlos de Laet, intelectual católico e muito respeitado no meio jornalístico da época escreve uma coluna intitulada *O espiritismo e a loucura*. Neste artigo, o jornalista apresenta o espiritismo como uma prática alienada, supersticiosa e que poderia provocar a loucura em seus praticantes. Afirmava Carlos Laet, quem frequenta sessões espíritas está em perigo de ficar maluco. Um dos deveres da imprensa é clamar contra os focos desta moléstia<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Em 1890 foi criado o Conselho de Saúde Pública e Inspetoria Geral de Higiene. Já havia deste o império uma preocupação quanto á vigilância sanitária, sobre tudo nos portos. Mas foi com a instauração da regime republicano que as noções de vigilância sanitária e saúde pública começaram a receber os devidos cuidados e atenção dos governantes.

<sup>6</sup> ARRIBAS, Célia da Graça. Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira. São Paulo: Alameda, 2010. (p. 124).

<sup>7</sup> Jornal a UNIÃO, 16.02.1907. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHGP. Serie Jornais.

Sob esse ponto de vista, pode-se compreender porque a Medicina e o Catolicismo foram os dois grupos sociais que mais intensa e diretamente conflitaram com o Espiritismo. Os embates entre espíritas e médicos ou representantes da Igreja Católica marcaram o surgimento e desenvolvimento desta nova doutrina na França e no Brasil.

Analisando a presença e expansão do espiritismo no Brasil, percebemos que ao tentar buscar um espaço para sua atuação, espaço este dominado pela Igreja Católica, vamos presenciar os primeiros embates. O clero católico rapidamente classificou a doutrina espírita como herética. O principal argumento era que ela adotava princípios divergentes daqueles contidos nas bases doutrinárias do Catolicismo, além de ser considerada fruto de uma ação demoníaca.

Ao lado deste conflito, no campo religioso, entre fins do século XIX e as primeiras décadas do XX, o Espiritismo começou a ser objeto de debate entre os médicos. Dentre estes, notadamente psiquiatras, questionava-se as teorias espíritas e a sua pretensão de legitimá-las nos domínios do campo médico/científico. Os médicos consideravam que, ao introduzir a ideia da existência de um elemento extra-material (o espírito), o Espiritismo seria, na realidade, um retrocesso à superstição. Dessa forma, as ideias espíritas seriam inaceitáveis numa época de conquistas intelectuais e científicas.

Dentro deste espaço de disputas, é publicado no ano de 1921 no jornal a Imprensa Catholico na Paraíba uma matéria cujo titulo chamava-se “*O Espiritismo Sua condenação pela Medicina*”, em que traz as falas de vários médicos brasileiros e estrangeiros condenando a prática religiosa espírita. Para estes médicos, o espiritismo está condenado pela ciência, pois elava os seus adeptos a loucura. Portanto, evitar essa doutrina e fugir das sessões espíritas é o dever de todo homem sensato. Eis a fala de alguns deles.

*Dr. Juliano Moreira, director do Hospital Nacional dos Alienados do Rio de Janeiro. “A idéia do que faço sobre o espiritismo, como causa de loucura, está expressa na pagina 32 do Esboço de Psychiatria Forence, que há annos publiquei. O médium vidente, na minha opinião, não é um typo normal, é quase sempre um desequilibrado.”*

*Dr. Franco da Rocha, director do Hospital dos Alienados de Juquery, em S. Paulo. “Considero o espiritismo, como praticam, um grande factor de perturbações mentaes nervosas; actualmente o espiritismo concorre com a herança, com a syphilis e com o álcool, no fornecimento dos Hospícios e casas de saúde. Acho tão*

*forte o seu contingente que a Lei devia tolher-lhe a marcha. O médium em um typo anormal, um desequilibrado.”*

*Dr. Homem de Mello, director de uma casa de saúde para loucos em S. Paulo. “O espiritismo é, no Rio de Janeiro, uma das causas predisponentes mais communs das loucuras. Os médiuns devem ser considerados indivíduos nevropathas próximos da hysteria”.*

*Dr. Austregesilo, professor de moléstias nervosas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. “Hoje o espiritismo representa uma das cousas mais importantes do coeffiente da internação do Hospicio”.*

*O dr. Marcel Viollet, medico dos Asylos de Paris, “affirma que o espiritismo só tem contribuído para desenvolver o delírio e a loucura entre os seus frequentadores.”<sup>8</sup>*

Através dos vários discursos acima, vemos o quanto à doutrina espírita era considerada pelos médicos – nem sempre de forma homogênea - um retrocesso na evolução do pensamento humano, as práticas espíritas eram atribuídas à fraude/charlatanismo ou a manifestação de evidentes problemas mentais. A definição do Espiritismo, enquanto um importante agente desencadeador de transtornos mentais disseminou-se para além do meio médico e chegou ao interior da igreja católica. Estes discursos proferidos pelo saber médico influenciaram também o clero, que passou a fazer referências constantes ao termo “loucura espírita” em suas homilias à nova doutrina.

Dentro deste contexto de enfrentamento, o movimento espírita brasileiro reuniu-se com o intuito de solicitar mudanças do novo código penal, pois o mesmo em seus artigos restringia de forma intolerante a prática do espiritismo, afinal não estávamos num estado laico?. Mas, que laicidade é esta que coibir um movimento religioso de funcionar e pune seus integrantes com prisão e multa. Neste caso, estamos diante de um contrassenso jurídico e uma pratica de intolerância religiosa.

Diante de tal fato a Federação Espírita Brasileira (FEB) vai reclamar junto ao Ministro da Justiça á época, que era Campos Sales. Porém, seu relator representado na pessoa do advogado criminalista João Batista Pinheiro, limitou-se a dizer que o texto referia-se a pratica do “baixo” espiritismo, e suas práticas estavam diretamente relacionadas às crenças afro-brasileiras, que também foram proibidas de manifestação pelo mesmo código penal de 1890, punindo com prisão àqueles que praticassem crenças de origem africana, não é atoa que

---

<sup>8</sup> AEPB – Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Jornal a Imprensa Catholica. Serie Jornais. 3 de agosto de 1921, ANNO XVIII, N° 47.

muitos terreiros de candomblé foram fechados em várias cidades espalhadas pelo Brasil e seus líderes (pais de santo ou mães de santo) foram presos e processados.

A argumentação da Federação Espírita remetia-se ao cerceamento da liberdade dos espíritas legisladas no artigo 157 do Código Penal. Para a FEB<sup>9</sup>, a criação do artigo foi considerada uma atitude arbitrária, intolerante e legislado envolto de ignorância sobre o que realmente seria o espiritismo. E sendo uma prática religiosa, era incoerente a sua criminalização, com a garantia do livre exercício religioso contido no Decreto 119-A de 1890.

No intuito de fazer uma contraofensiva e ao mesmo tempo uma defesa do espiritismo no Brasil, a FEB vai utilizar-se do Jornal O Reformador, situado no Rio de Janeiro para defender-se dos ataques que sofria e das punições previstas no Código Penal de 1890. Para a FEB, os artigos 157 e 158 que se acham no capítulo – *Dos crimes contra a saúde pública* – eram sinais evidentes de que seu autor desconhecia por completo o assunto sobre o qual legislou, ou seja, o espiritismo.

Em de janeiro de 1891, foi publicada no Jornal do Commérico<sup>10</sup> uma coluna intitulada “*O novo código e o espiritismo*”, assinada pela FEB. A intenção da Federação ao publicar esse artigo, era rebater as acusações de charlatanismo e exploração da boa fé alheia que o espiritismo acabou sofrendo com as proposições de do advogado João Baptista Pereira, que simplificou as práticas espíritas à arte de curar e afirmou serem os espíritas especuladores e expropriadores. Procuraram, também, reafirmar princípios da doutrina espírita, procurando não limitá-la à arte de curar, mas, também a compreensão de mundo, orientação de vida, conduta moral e princípios de amor, bondade e caridade para como próximo, ou seja, princípios estes, contidos também na religião católica.

Mesmo com o Código Penal de 1890 e as perseguições realizadas a espíritas e aos centros por estes frequentados, o espiritismo não arrefeceu, continuou a crescer e espalhar-se por dezenas de cidades brasileiras. Sobre isso, o historiador/pesquisador da Igreja Scott Mainwaring<sup>11</sup> comenta que a expansão do espiritismo tornou aparente e preocupante para a Igreja o que era na verdade algo irreversível, pois a Igreja não estava efetivamente atingindo as massas, e isto estava contribuindo para o declínio do seu monopólio religioso, fato este que

---

<sup>9</sup> FEB – Federação Espírita Brasileira. Criada em 1884, cujo objetivo era preservar a unidade doutrinária e reunir de modo institucional os adeptos da prática espírita dispersos por inúmeros centros espíritas.

<sup>10</sup> Site da Biblioteca Nacional – Serie Jornais periódicos. <http://www.bn.br/acervo/periodicos>. Acessado em 11 de junho de 2015.

<sup>11</sup> MAINWARING, S. A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985). São Paulo: Brasiliense, 1989. (p. 53).

causava grande incômodo a sua hierarquia. Portanto, execrar os espíritas e, também protestantes tornou-se lugar-comum dentro da Igreja Católica.

Em artigo intitulado *O que é um espírita* e publicado no Jornal a Imprensa Catholica de 1921 na Paraíba, o clero tenta definir o que seja um espírita de fato, e começa a fazer adjetivações preconceituosas e comparações a outras religiões, colocando ao final como praticantes de seitas satânicas e diabólicas. A tentativa de definição situa-se nestes termos.

*Sim, afinal que é o espírita – catholico? Não, porque catholico é só o que aceita integralmente os ensinamentos da Igreja Catholica, e Ella condemna o espiritismo como seita e diabolica. Mas o espírita será christão? Também, não; porque christão significa discípulo de christo, e Jesus Christo prohiibe e reprova formalmente o diabolismo, que nada mais é do que o espiritismo. Então o espírita será judeu? Ainda, não; mas, peor que judeu; porque ao judeu, como se ver na Biblia, era prohibido severamente evocar as almas dos mortos, e o espírita faz o que nenhum judeu podia fazer. (...) Eis o que é espírita, um hereje, um apostata, um excommungado, indigno de ter ingresso no lugar santo durante a vida; indigno da sepultura sagrada após a morte; indigno dos sufrágios da Igreja por toda a eternidade. (AEPB – Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Serie Jornais. JORNAL A IMPRENSA BI-SEMANARIO CATHOLICO – Parahyba - Quarta-feira, 19 de outubro de 1921 - ANNO XIX N.19.)*

Como vemos a reação do clero é agressiva e mais intensa, à medida que o espiritismo difundia-se na sociedade. O fenômeno desencadeou uma contra ofensiva da Igreja e, usando os mesmos argumentos de sempre, tratava o espiritismo como obra do demônio. No discurso católico presenciamos uma aspereza do tratamento dado ao espiritismo sem maior diálogo e tolerância.

Considerações finais.

Provavelmente, tantos os maçons, como os espíritas acreditavam que a proclamação da República e de um Estado Laico deveria ter levado a uma maior liberdade e diálogo entre as diferentes correntes de pensamento religioso e filosófico. Porém, o que vimos nas nossas pesquisas, foram ataques duríssimos em direção ao movimento espírita paraibano e aos maçons, assim como a criação de um estado de terror e medo que foi incutido no seio da sociedade.

No nosso entendimento, tanto a maçonaria, quanto o espiritismo foram capaz de preencher certas expectativas do pensamento racional vigente, possibilitando investigações de

ordem comprobatória a respeito do próprio fenômeno mediúnico, quanto de uma ideologia filosófica e política por parte dos maçons. A rejeição ao dogma católico e a adoção de procedimento sistemático na formação da doutrina espírita e da prática maçônica, mostraram-se compatíveis com as aspirações intelectuais e de um número significativo de indivíduos dentro da sociedade brasileira.

#### Referencias bibliográficas.

AZZI, Riolando. *Presença da Igreja na sociedade brasileira e formação das dioceses no período republicano*, In: Rogério L. Souza e Clarícia Otto (orgs.). *Faces do catolicismo*. Florianópolis-SC, Editora Insular, 2008. pp. 17-40.

ALMEIDA, A. A. S. de. "Uma fábrica de loucos": psiquiatria x espiritismo no Brasil (1900-1950). (Tese de Doutorado, Departamento de História - Unicamp).

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da maçonaria brasileira*. Campinas: UNICAMP, 1999.

\_\_\_\_\_. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e independência (Brasil, 1790 – 1822)*. Tese (Doutorado em História)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CUNHA MIRANDA, Carlos Alberto. *Igreja Católica do Brasil: Uma Trajetória Reformista (1872-1945)*. 1988. Dissertação de Mestrado em História – UFPE. 1988.

DAMAZIO, Sylvia F. *Da elite ao povo: advento e expansão do Espiritismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

GIUMBELLI, Emerson. *Heresia, doença, crime ou religião: O espiritismo no discurso de médicos e cientistas sociais*. *Revista de Antropologia*, vol. 40, nº 2, 1997.

\_\_\_\_\_. *Kardec nos trópicos*. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 33, jun/2008. p. 14-19.

HERMANN, Jacqueline. "Religião e Política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado". In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 121-160.

LIMA, Cônego Francisco. *Dom Adauto – Subsídios Biográficos – Tomo I e II*. João Pessoa: Editora UNIPÊ, 2007. (Coleção Água Fria)

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A Igreja Católica no Brasil Republicano*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

MICELI, Sergio. *A elite eclesiástica brasileira. (1890 – 1930)*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2009.

MOURA, Sérgio L. de & ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. *A Igreja na primeira República*. In: FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano. Vol. 02: Sociedade e Instituições (1889 – 1930)*. São Paulo: DIFEL, 1985. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III).

SCONTON, Roberta M. S. *Religião, ciência ou crime? Uma perspectiva de análise para o estudo do espiritismo kardecista no Brasil (1890-1950)*. In: XI Congresso Latino-Americano sobre Religião e Etnicidade, 2006, São Bernardo do Campo - SP. Anais Eletrônicos do XI Congresso Latino-Americano sobre Religião e Etnicidade, 2006.

SILVA, Fábio Luiz da.

*Espiritismo: história e poder (1938-1949)*. Londrina: Eduel, 2005.

KLOPPENBURG, Dom Boaventura. *Igreja e Maçonaria: conciliação possível?*; Petrópolis, Rio de Janeiro; Ed. Vozes, 1992.

VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. 2 ed. Brasília: UnB, 1981.